

Universidade Católica de Goiás
Vice-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Mestrado em Psicologia

**Violência sexual familiar: significados da experiência
vivida por duas crianças de 7 anos**
Fernanda Silvério de Faria

Goânia
Maio de 2005.

Universidade Católica de Goiás
Vice-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Mestrado em Psicologia

**Violência sexual familiar: significados da experiência
vivida por duas crianças de 7 anos**

Autora: Fernanda Silvério de Faria

Orientador: Prof. Dr. Saturnino Pesquero Ramón

Dissertação apresentado ao Programa
Mestrado em Psicologia, da
Vice-Reitoria de Pós-graduação e
Pesquisa, da Universidade
Católica de Goiás como requisito
à conclusão do Mestrado em
Psicologia.

Goiânia
Maio de 2005.

Dissertação apresentada conforme os ditames da nova normalização desta instituição, composta de:

- Pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica.
- Artigo científico.

**Pesquisa bibliográfica para fundamentação
teórica**

Sumário

1. Violência.....	1
2. Pesquisa qualitativa.....	11
3. Fenomenologia.....	12
4. Técnicas Projetivas.....	15
5. Desenhos – Estórias.....	20
6. Procedimento de Desenho de Família com Estórias (DF – E).....	22
Referências Bibliográficas.....	25

O presente trabalho consiste em um breve levantamento bibliográfico para fundamentar o artigo que se segue cujo tema, muito discutido e extremamente impactante, é a violência sexual familiar. Para melhor leitura, o trabalho será apresentado por tópicos de assunto.

1. Violência

Tão antiga como a história da humanidade é a violência. Esta é uma das formas de manifestação externa de agressividade natural do homem.

A agressividade, além de fazer parte do ser humano, é necessária para a sua sobrevivência, permitindo defender-se e manter-se vivo. Entretanto, deve-se conhecer as condições que favorecem o controle e o seu uso de forma construtiva e quais poderiam produzir o aumento ou atuação descontrolada dessa agressividade, a chamada violência, entendida como “a violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém [...] nossa cultura e sociedade nos definem como *sujeitos* do conhecimento e da ação, localizando a violência em tudo aquilo que reduz um sujeito à condição de objeto” (Chauí, 1995, p.337) . Uma das faces mais perversas da violência é aquela praticada contra a criança.

Atos violentos de ordem física, sexual e psicológica são experiências na vida de muitas crianças e adolescentes que deixam marcas em seus corpos e mentes interferindo nas suas relações interpessoais, nas diferentes esferas da vida (familiar, social, escolar), construindo subjetividades baseadas na desconfiança, na culpa, na menos valia de si (Borges, 2001).

Os problemas que afligem a infância têm sido alvo de crescente atenção e indignação por parte da sociedade, persistindo de forma sutil e silenciosa. Nascidos e criados a partir de uma trajetória política que sempre assegurou privilégios a uma

minoria, os brasileiros absorveram uma cultura imposta e mantida por meio da força – não ver, não ouvir, não saber e não participar (Rizzini, 2001).

Rascovsky (1974, citado por Steiner, 1986) mostra que as agressões, físicas ou mentais, parciais ou totais, dirigida pelos pais a seus próprios filhos são universais e atingem todas as classes sociais. Entretanto, há negação e ocultamento do fato principalmente do número de casos de crianças vitimadas pelos maus-tratos físicos, pelos pais. E uma das maiores dificuldades, neste sentido, é que esse tipo de atrocidade cometido dos pais para com os filhos tem, muitas vezes, como testemunhas mudas e passivas apenas as quatro paredes que cercam a vida familiar. Desta forma, a criança fica indefesa, desprotegida, condenada a sofrer ameaças de seus próprios pais. Quando, por exemplo, a criança necessita de atendimento médico, devido à gravidade da agressão física, são obrigadas (ou pelos pais ou pelo medo) a dizer que caíram e se machucaram.

De acordo com Steiner (1986), esse tipo de agressão “dói duplamente, fora e dentro, no psiquismo infantil, no incremento do medo, na insegurança, no sentimento cada vez mais agudo de desamparo e desamor” (p.8). Esta mesma autora relata que o equilíbrio entre as tendências destrutivas, amorosas e protetoras, de pais para filhos, assenta-se sobre bases frágeis, podendo ser ainda mais debilitado por estímulos externos, como por exemplo, álcool e drogas.

Estudos coordenados por Sousa e Morais Neto (1997) sobre a literatura nacional e internacional acerca dos tipos de violência cometidas contra crianças e adolescentes revelam que 10% correspondem a abusos sexuais. Estes mesmos estudiosos acreditam haver um sub-registro dos casos por motivos como dificuldades em comprovar alguns tipos de abusos (sexo oral, atos de libidinagem, etc), situação

passiva de muitas crianças diante da situação vivida, profissionais da educação e saúde despreparados que não detectam indícios da violência, etc.

Outro fator que pode provocar uma variabilidade nos dados das pesquisas sobre o fenômeno da violência sexual são as definições diferentes para o mesmo fenômeno (Kalichman, 1993, citado por Kristensen, Flores & Gomes, 2003).

De acordo com o Art. 213 do Código Penal Brasileiro estupro é entendido como o ato de "Constranger à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça." Por conjunção carnal entende-se a penetração do pênis na vagina, completa ou não, com ou sem ejaculação. Assim, o estupro é um crime que só pode ser praticado por um homem contra uma mulher, incluídas nesse caso, meninas e adolescentes.

Por atentado violento ao pudor a definição consta no Art. 214 do Código Penal implica em "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal."

Para Azevedo e Guerra (1995), a violência sexual define-se como "todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre a sua pessoa ou a de outra pessoa" (p.53).

A pesquisa *Reflexos do Estatuto da Criança e do Adolescente na imprensa: notícias sobre crianças vítimas de violência e acidentes*, apresentada por Sousa (1997, citado por Sousa & Morais Neto, 1997), que teve por objetivo construir um perfil das violências, das vítimas e agressores tendo por fonte notícias publicadas no jornal de maior circulação no Estado de Goiás (O Popular), revela:

"Dos 10 anos que a pesquisa abrange (1985-1995) foram coletadas e analisadas 315 notícias referentes à violência contra crianças (0 a 11 anos).

(...) Os dados mostram que não há um dia notadamente caracterizado como violento; a violência contra a criança ocorre de forma mais ou menos homogênea em todos os dias da semana. (...) Os dados revelam a predominância das situações de violência no espaço urbano, sendo que a residência da vítima é o espaço preferencial de ocorrência da violência (53,1%), e que grande número (48,6%) das violências cometidas contra elas partem de adultos afetivamente próximos: pais, mães, tios, avós, etc. (...) As vítimas são principalmente do sexo feminino (61,8%). (...) A violência está presente em todas as fases da vida da criança, desde o pré-natal até 11 anos. (...) Foi ainda possível identificar e distribuir segundo categorias os diversos tipos de violência contra a criança: a categoria *violências físicas*, que abrange desde o assassinato até a ‘surra’, corresponde a 56,2% das notícias; *violência sexual*, 31,3%; *violação dos direitos humanos básicos*, 10,5%; e a categoria *outros tipos*, 2%. (...) Do total de vítimas noticiadas, 23,6% foram a óbito em consequência da violência sofrida. (...) O agressor é principalmente do sexo masculino (71,9%) e observa-se que o adulto de 18 até 39 anos detém os mais altos índices de participação em atos violentos contra crianças” (p. 5).

Faz-se necessário um recorte sobre o tema violência para focar a violência sexual que vem sendo reconhecida nas últimas décadas como problema social, de saúde pública e psicológica (Browne & Finkelhor, 1986; Ellis, Piersma & Grayson, 1990, citado por Kristensen, Flores & Gomes, 2003).

Estudos realizados pela *National Incidence Study of Child Abuse and Neglect*, realizado nos Estados Unidos entre 1986 e 1993, verificou que, em suma, o número de crianças que sofreram abuso sexual aumentou de 133.600 para 300.200, ou seja, corresponde a um aumento de 125%.

Em estudo realizado por Finkelhor (1994), que analisou dados epidemiológicos de 21 países, constatou-se que a variação de frequência de mulheres que sofreram abuso sexual na infância foi de 7% a 36%, enquanto que entre os homens foi de 3% a 29%.

Embora a maior incidência dos casos de abuso sexual envolva meninas, o número de casos envolvendo meninos é também significativo (American Academy of Pediatrics, 1988, citada por Kristensen, Flores & Gomes, 2003). Schetky (1990, citado por Kristensen, Flores & Gomes, 2003) em revisão bibliográfica detectou que abusos sexuais em meninos correspondiam a 10% da população.

O *The Child Abuse Program Annual Report* (1987, citado por Kristensen, Flores & Gomes, 2003) revela que de 464 casos de abuso sexual investigados durante um ano em um hospital infantil, 22% das vítimas eram do sexo masculino. Percebe-se então que a relação entre o abuso em meninas e meninos pode variar segundo a amostra.

Em se tratando do incesto, Azevedo e Guerra (1988, citados por Sousa & Morais Neto, 1997) o definem como sendo “relações sexuais entre dois membros da mesma família, cujo casamento seria proibido por lei ou costume”. Mas é importante ressaltar que a vitimização sexual e incesto podem ocorrer juntos ou não. Por exemplo, “o contato sexual entre familiares da mesma idade é uma espécie de incesto que não é vitimização e o contato sexual entre um adulto estranho à família e a criança é vitimização e não é incesto” (p.6).

Vale a pena ressaltar que para Azevedo e Guerra (1995), quando o caso é incesto, o adulto-abusador é aquele que tem afinidade com a vítima e/ou responsabilidade sobre ela, e não necessariamente seja consanguíneo. Ou seja, a rejeição ao incesto já

torna-se presente no contexto sócio-cultural e não apenas no que se refere ao aspecto biológico da relação.

Quanto ao incesto, Henderson (1975, citado por Kristensen, Flores & Gomes, 2003) o descreve como sendo um distúrbio raro em proporção de 1:1.000.000 na população em geral. Porém Kirschner, Kirschner e Rappaport (1993, citados por Kristensen, Flores & Gomes, 2003) obtiveram dados apontando que 1:5 mulheres relataram alguma experiência incestuosa em alguma etapa de sua infância. Finkelhor (1994) através de diversos estudos, observou que o abuso intra-familiar aparecia entre um terço e metade das experiências de vitimação das meninas.

Para Sousa e Morais Neto (1997), a violência sexual praticada contra a criança e o adolescente pode ser classificada como não doméstica “quando ocorre no ou fora do domicílio da vítima, perpetrada por desconhecido ou conhecido sem vínculos de parentesco ou responsabilidade sobre a vítima”, e doméstica “quando ocorre no domicílio da vítima e parte de adultos próximos afetiva com grau de parentesco ou responsabilidade para com a vítima” (p.6).

Cantlay (1996) ressaltou fatores que facilitam a violência sexual doméstica: com as mudanças dramáticas nas últimas décadas, a situação econômica em crise forçou uma jornada excessiva de trabalho aos pais e também às mães de muitas famílias na tentativa de sobreviver. Muitas crianças têm que permanecer em casa, sozinhas, ou com vizinhos, babás, etc, conseqüentemente as crianças ficam mais suscetíveis a relacionar-se com estranhos. A isso soma-se o fato do número crescente de divórcios e a constituição de novas famílias.

Alguns aspectos são levados em conta na caracterização da violência sexual doméstica, que é especificamente o tema deste trabalho, destacados por Azevedo e Guerra (1995):

- Ações voltadas à satisfação de necessidades sexuais / sensuais de um adulto, que podem ser: a) isento de contato físico; b) com contato físico (desde beijos à cópulas orais, anais e vaginais; c) sem uso de força física; d) com uso de força física.
- As duplas: podem ser homo ou heterossexual (p.ex., pai-filha, pai-filho, avó-neta, avó-neto, etc). A atuação do agressor pode ser sozinha ou não.
- A vítima pode ser uma criança (0 a 12 anos incompletos) ou adolescente (12 a 18 anos incompletos), de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- O agressor tem, no mínimo, cinco anos a mais que a vítima, ou é adulto maior de 18 anos
- O adulto é identificado como pais (biológicos ou por afinidade), responsáveis ou parentes (avós, tios, irmãos, etc)

Cobo (sd, citado por Sousa & Morais Neto, 1997) descreve as etapas da dinâmica do abuso sexual:

- Cerceamento – através de seu acesso à vítima, o abusador procura convencê-la de que a atividade sexual é algo interessante e divertido;
- Interação sexual – a atividade sexual progride de superficial até uma penetração anal, oral ou vaginal.
- Segredo – há uma imposição do abusador sobre a vítima para que esta mantenha sigilo sobre o abuso, o que favorece repetições do ato, sem punição.
- Descobrimto ou revelação – geralmente a revelação do abuso se dá acidentalmente porque a terceira pessoa descobre ou percebe evidências

físicas. Essa descoberta pode gerar uma crise na família: a denúncia contra o agressor ou a negação do acontecido.

- Coerção – tem por objetivo ocultar o acontecido, após a revelação, para evitar intervenções externas e publicidade.

Além de todo sofrimento durante a agressão e a manutenção do silêncio, somam-se as conseqüências psicológicas do abuso sexual que são relacionadas por Azevedo (1989, citado por Sousa & Morais Neto, 1997):

- Adaptação afetiva – mesmo sem registros oficiais sobre a intensidade dos problemas emocionais das vítimas de abuso, as vítimas que recorrem ao acompanhamento psicológico “costumam enfrentar três problemas intimamente ligados: sentimento de culpa, sentimento de autodesvalorização e depressão” (p.153)
- Adaptação interpessoal – “em geral as vítimas costumam experimentar as seguintes dificuldades básicas: recusa no estabelecimento de relações com homens, estabelecimento de relações apenas transitórias com homens e tendência a supersexualizar relações com homens” (p.154)
- Adaptação sexual – esta parece ser a área mais afetada pelo abuso sexual. “De um modo geral os problemas de adaptação sexual parecem estar ligados ou a uma negação de todo e qualquer relacionamento sexual ou a uma incapacidade de vivenciar relacionamentos sexuais satisfatórios” (p. 156).

Vitiello (1989) traça um perfil das conseqüências orgânicas que o abuso sexual pode provocar:

- Lesões físicas gerais – a possibilidade de agressões físicas, que podem variar desde a imobilização coercitiva até a morte da vítima para o não reconhecimento posterior do abusador é inerente ao abuso;
- Lesões genitais – as lesões traumáticas do aparelho genital feminino vem apresentando índices crescentes nas notificações dos serviços de saúde e, “dentre essas lesões assume relevante frequência a rotura do fundo de saco vaginal, encontrado em mais da metade dos casos. Lesões vulvares e clitoridianas têm sido relatadas com frequência” (p. 130);
- Lesões anais – a penetração do pênis ou de objetos variados pelo orifício anal pode provocar uma série de “lesões de extensão variada, intenso sangramento e risco dessas lacerações cutâneo-mucosas se infectarem, levando à formação de abscessos perianais” (p. 131);
- Gestação – se o abuso sexual ocorre com mulher-adolescente com ovulações, existe o risco de haver uma gestação. Trata-se de uma situação extremamente complexa em qualquer das duas possibilidades, tanto quando o pai da criança é um estranho/desconhecido, quanto quando este é membro da família. Nos dois casos, tanto a mãe quanto a criança sofrem várias conseqüências, principalmente, no âmbito da marginalidade social e rejeição emocional.
- DST – a vítima corre também o risco de se contaminar com doenças sexualmente transmissíveis de que porventura o abusador seja portador, que podem variar de uma blenorragia até casos mais graves, por exemplo, HIV/SIDS;
- Disfunções sexuais – as disfunções sexuais podem ser as mais variadas, pois “a função sexual excede, na espécie humana, os meros aspectos orgânicos, tornando-se uma dependência de fatores biopsicossociais.” (p. 138).

DeFrancis (1969, citado por Browne & Finkelhor, 1986) concluiu, em pesquisa realizada, que 66% das crianças vítimas de abuso sexual apresentaram distúrbios emocionais, sendo que destes, 52% eram distúrbios moderados e 14% eram mais graves. Apenas 24% mantiveram-se emocionalmente estáveis. Bagley e Ramsey's (1985, citados por Browne & Finkelhor, 1986) através de pesquisas, apontam que 17% das vítimas de abuso pesquisadas por sofreram depressão e 18% tiveram sérios problemas psiconeuróticos, em algum momento após o abuso.

Estudos de Russell (1986, citado por Browne & Finkelhor, 1986) e Finkelhor (1986) constataram que as experiências de abuso sexual envolvendo a figura paterna ou quem a representa, apresenta-se muito mais traumático para as vítimas do que se os abusadores fossem pessoas estranhas, principalmente quando esta figura tem que ser separada da criança em virtude do acontecimento.

Meiselman, (1978, citado por Browne & Finkelhor, 1986) concluiu com uma pesquisa que 50% das crianças vítimas de abuso sexual familiar do grupo pesquisado, deixam suas casas antes dos 18 anos, enquanto que num grupo de não vitimados sexualmente corresponde a 20%. E ao sair de casa as chances do adolescente se envolver com a marginalidade, drogas, prostituição são aumentadas.

Segundo Browne e Finkelhor (1986), a literatura inclui que em boa parte das crianças vítimas do abuso sexual apresentaram ainda: dificuldades na escola, medo, ansiedade, raiva, hostilidade, comportamentos sexuais inadequados, comportamentos agressivos, dificuldade de confiar em outras pessoas, sentimento de isolamento, baixa auto-estima, casamentos muito cedo das vítimas adolescentes.

Para compreender melhor aspectos tão subjetivos das conseqüências da experiência de ser violentado sexualmente, recorreremos à pesquisa qualitativa.

2. Pesquisa qualitativa

Bogdan e Biklen (2003) explicam que a pesquisa qualitativa visa compreender o comportamento ou a experiência estudada partindo do “quadro de referência do próprio sujeito” na sua própria vivência (p.2).

A palavra qualitativa para Denzin e Lincon (2000) implica em uma “ênfase sobre as qualidades das entidades [os fenômenos estudados], sobre os processos e significados que não são experimentalmente examinados ou medidos (enquanto medidos na sua totalidade) em termos de quantidade, soma, intensidade e frequência” (p.8). Isto não significa que deva haver uma exclusão de dados passíveis de serem numericamente expressos.

Wilhelm Dilthey (1833-1911), filósofo e historiador alemão (citado por Turato, 2003, p.183) “considerava a compreensão dos fenômenos humanos sendo possível somente através da denominada experiência vivida. O tema central desse pensamento passou a ser ‘explicar a natureza, mas compreender o homem’”.

A distinção entre explicar e compreender, é realizada por Turato (2003, p.183), explicar, “numa concepção mais racionalista, quer dar conta das causas dos fenômenos (conhecer o seu “porquê”), adequando-os aos efeitos, como querem as Ciências da Natureza; enquanto a compreensão, numa concepção fenomenológica, quer dar conta de entender o fenômeno como ele é, como querem as Ciências do Homem”.

O termo compreender advém do latim, *comprehendere*, composto de *cum*, “com”, e *prehendere* “perceber, apreender”, levando-os a pensar em algo percebido ou apreendido no conjunto (Zingarelli, 1998: CD-Rom, citado por Turato, 2003).

Em pesquisa qualitativa a amostragem pode ser denominada proposital, intencional ou deliberada que, de acordo com Pope e Mays (1995, citados por

Turato, 2003), possibilita uma livre escolha dos sujeitos ou ambientes em oposição a uma amostra representativa da população pesquisada. Essa liberdade para escolher a amostra é destacada como favorável por Bogdan e Biklen (1998, citados por Turato, 2003) visto que esta escolha sendo baseada nos pressupostos do trabalho tende trazer informações substanciais sobre o tema estudado.

Em relação ao tamanho da amostra na pesquisa qualitativa, Turato (2003) ressalta que a riqueza dos dados obtidos mesmo com a experiência relatada por poucas pessoas é a possibilidade de descobrir novos conceitos e pressupostos levantados na discussão das pesquisas. Nesta visão, Minayo (1999) aponta que deve-se preocupar menos “com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão” (p.102).

E para valorizar essa compreensão, o presente trabalho utiliza-se do método fenomenológico.

3. Fenomenologia

Segundo Moreira (2002), a Fenomenologia, como movimento filosófico e com sentido que se mantém até hoje, nasce no início do século XX com a obra *Investigações Lógicas*, de Edmund Husserl (1854-1938). Entretanto, a filosofia que rege a fenomenologia foi criada por Brentano (1838-1917), conhecida por psicologia descritiva a qual Husserl, aluno e orientando de Brentano, transformou em fenomenologia. Em 1932, Husserl escreve que “sem Brentano eu não teria escrito uma única linha de filosofia” (citado por Maciel, 2003, p. 28).

A fenomenologia como método parte à procura do observável, daquilo que se lida; vendo as coisas de modo aberto, sem preconceitos, destituído de pré-

juízos. Deve-se ter um olhar cuidadoso, meditativo, dirigido para aquilo que se expõe.

Esse olhar se constitui na *epoché*, que significa a suspensão de qualquer juízo, ou seja, suspender as formas familiares de olhar as coisas. Ele pode se dirigir a qualquer coisa ao nosso redor (tanto para os objetos percebidos através dos sentidos como para aqueles imaginados, lembrados). Entretanto, para o fenomenólogo, as coisas só podem ser assim olhadas quando elas surgem na experiência da pessoa que as vê.

Desse modo, a Fenomenologia se dirige à experiência, observando, refletindo, descrevendo e se deixando guiar pelas coisas como elas se manifestam em sua pureza original.

Parte-se muito do princípio do qual Holanda (1995) afirma que Carl Rogers compartilha sobre “ninguém melhor para entender sua experiência que o próprio sujeito vivente, a partir de um voltar-se à sua própria vivência, no seio de uma relação subjetiva” (p.45).

Em outras palavras, a principal tarefa da Fenomenologia consiste em estudar a significação das vivências da consciência. Para isto, Husserl (1907; 1913, citado por Gomes, 1998) propõe a “volta às coisas mesmas”, interessando-se pelo puro fenômeno e assim coloca alguns passos para a investigação fenomenológica. Estes são conhecidos por descrição, redução e interpretação.

Giorgi (2000), Wertz (2002) e Gomes (1998) utilizam-se destes passos para a execução de suas pesquisas e estudos teóricos.

Pesquero (2003) a partir de seus estudos e do conhecimento das práticas desses autores, operacionalizou o método seguindo as três fases.

A primeira é a fase descritiva: descrição fenomenológica, onde se explora o mais profundamente os significados vivenciados da experiência estudada. É uma fase estimulativa e reflexiva. Esse estímulo visa a externalização dos significados da experiência vivida. O ato de reflexão visa aprofundar e clarificar os significados da experiência.

Já a segunda fase é a construtiva: redução fenomenológica, onde a partir dos dados e significados explorados nos estudos constrói-se uma estrutura global onde segundo Wertz (2002), diferenciam-se os elementos significativos nomotéticos (invariantes) ou comuns e os idiográficos (variantes) ou próprios de um ou alguns sujeitos estudados.

A terceira fase é a conclusiva: interpretação fenomenológica - onde se avaliam quais os significados sobretudo invariantes explorados confirmam, questionam ou enriquecem os estudos da presença dos mesmos na conduta estudada. Esta fase é a mais importante no sentido de que fundamenta a psicologia fenomenológica que tem como postulado básico a idéia que “todo comportamento, sem exceção está completamente determinado pela esfera fenomênica (*perceptual field*) do organismo que se comporta” (Combs & Snygg, 1959, p. 20). Tal postulado (Pesquero, 2005) torna cristalina e traduz a tese Brentaniana sobre a indissociabilidade entre ação e pensamento exposta em sua *act- psychology* (p. 18).

Gomes (2004, p.8) ressalta a importância desta terceira fase ao escrever que a mesma “não se limita à definição de um sentido ou intencionalidade, pois especifica um determinado modo de ser [o do mundo fenomênico] e relacionar-se com o mundo [o mundo da conduta]”.

Para acessar o mundo fenomênico as técnicas projetivas têm se mostrado eficaz no que se propõe. Por isso será utilizada neste trabalho.

4. Técnicas projetivas

De acordo com Anzieu (1981) a expressão “métodos projetivos” foi inventada por L. K. Frank em 1939 quando ele publicou o artigo no *Journal of Psychology* cujo título era “os métodos projetivos para o estudo da personalidade”.

Essa expressão propunha-se a explicar a relação entre três provas psicológicas, que eram: o teste de associação de palavras de Jung (1904), teste de manchas de tinta de Rorschach (1920) e T.A.T. (Teste de Invenção de Histórias) de Murray (1935). Frank (1939, citado por Anzieu, 1981) revelava que estas técnicas formavam o protótipo de uma “investigação dinâmica e holística (global) da personalidade (...) abordando-se a personalidade como uma estrutura em evolução, cujos elementos constitutivos se encontram em interação” (p. 15).

Os métodos projetivos apresentam tendências tanto da psicologia da forma, quanto da psicanálise.

A Psicologia projetiva seguiu de perto o progresso da *Gestalt – theorie* e amplia a Psicologia da forma, voltando-se mais para a realização do homem com os outros, e com seu mundo vivenciado.

Quanto à psicanálise, Anzieu (1981) coloca que houve uma influência mais nítida, já que Jung elabora em 1904, uma prova onde associações do sujeito são interpretadas como reveladoras de tendências e de seus conflitos profundos.

Os testes de manchas de tintas começaram a ser conhecidos, mas sem grandes descobertas. Foi quando Rorschach teve a idéia de que a interpretação de manchas de tinta apresentava-se como uma prova de personalidade; isto significava que a organização individual de personalidade é que estruturava a percepção de tais manchas.

A experiência do desenho realizada, segundo Anzieu (1981), entre 1920 e 1930, por psicanalistas no atendimento a crianças substituindo a expressão verbal pelo desenho livre como instrumento para associações livres confrontava a pedagogia da época que se voltava à reprodução exata de modelos já existentes.

Em 1935, Murray, nos Estados Unidos cria o primeiro teste baseado na técnica do relato livre: o teste de apercepção temática ou T. A.T. Os testes projetivos que empregam desenhos iniciaram em 1949, na Suíça onde Koch publica o teste da árvore e nos Estados Unidos, Machover, o teste do desenho da pessoa.

Freud descreve projeção de duas formas e em momentos distintos de suas obras. O primeiro momento foi logo no início da psicanálise quando ele trata de conhecer os sintomas, a repressão, estendendo para as psiconeuroses.

Anzieu (1981) relata que Freud escreveu dois artigos sobre as psiconeuroses de defesa em 1894 e 1896 além de um manuscrito K enviado a Fliess em janeiro de 1896, e que representam algumas etapas na busca por conhecer mecanismos de defesa, o qual ele retoma em 1920.

O primeiro emprego clínico do termo projeção foi “Na paranóia, o reprimir-se a si mesmo é reprimido de uma maneira que se pode descrever como sendo uma projeção: suscitando um sintoma de defesa o qual consiste em desconfiança em relação à outra pessoa” (Freud, 1896, citado por Anzieu, 1981, p. 20).

Freud (1911) aprofunda seu estudo sobre projeção ao comentar um caso de paranóia, a autobiografia do presidente Schereber (citado por Anzieu, 1981), onde esta é explicada por um desejo homossexual reprimido e projetado. Neste sentido, a projeção refere-se a uma expulsão de um desejo intolerável e sua rejeição para fora da pessoa, ou seja, há projeção daquilo que não se quer.

Num segundo momento Freud, em *Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901 – 1904, citado por Anzieu, 1981) amplia o termo projeção para o desconhecimento (e não mais a expulsão) de desejos e emoções não aceitas pelo sujeito como sendo seus, dos quais ele é parcialmente inconsciente atribuindo sua existência à realidade externa.

Tendo em vista que projeção seria, basicamente, a exteriorização de um processo interno, compreende-se então o objetivo da Psicologia Projetiva que consiste em colocar em evidência esse conjunto de fatores internos e que intervém na conduta humana. Essa nova prática da Psicologia apóia-se nos conceitos da Psicologia dinâmica, que nasceram principalmente pelos trabalhos de Kurt Lewin, sobre o campo psicológico, Pierre Janet, sobre a conduta e de Sigmund Freud, sobre o inconsciente.

Sob este ponto de vista, compreende-se a personalidade como “um sistema de forças onde algumas são antagônicas; o estado normal da personalidade é o conflito. Os conflitos são de natureza diversa” (Anzieu, 1981, p. 285). Os testes projetivos não seriam os mais indicados para conhecer a natureza destes conflitos, mas permitem avaliar a gravidade, o limiar de tolerância, intensidade e formas de angustias, e os tipos de mecanismos de defesa usados contra ela.

Isto porque os testes projetivos desencadeiam a angústia e a regressão dos processos secundários (funções da realidade) aos processos primários (funções do princípio do prazer). A angústia transparece no conteúdo das respostas e a regressão e outros mecanismos de defesa nas características formais.

Para Anzieu (1981) a situação de teste projetivo envolve questões que o caracterizam bem. São elas:

- O sujeito fica livre para dizer e fazer o que quiser.

- Não há boas ou más respostas, predeterminadas, ou seja, não há censura, deve-se retirar todo o preconceito e ansiedade.
- Tem valor aquilo que vem espontaneamente à consciência.
- As instruções ficam subordinadas ao sujeito, ou seja, que ele faça como quiser, o que achar melhor.
- O tempo de aplicação de um teste projetivo em geral não é limitado.
- Quase todos os testes projetivos possuem um inquérito, tendo em vista que o material deste teste é ambíguo não segue apenas uma estrutura ou visão.

Quanto a este último tópico existem alguns autores que questionam, mais especificamente, as técnicas ou métodos projetivos por não serem considerados testes – no sentido mais restrito da palavra. Isto ocorre, pois supõe-se que teste é uma prova que possui parâmetros para ser avaliada.

Sobre as técnicas projetivas, Cunha e Nunes (1996, citados por Cunha, 2000, p. 22) dizem que “a maioria dos autores que defendem seu uso o faz visando à exploração de aspectos dinâmicos da personalidade, que adquirem significado sob a ótica de um referencial teórico ao qual há difícil acesso via psicométrica”. Ou seja, é complicado transformar uma técnica projetiva num teste psicométrico, apesar de muitas delas poderem ser avaliadas com algum tipo de medida.

Entretanto, estas discussões não retiraram a popularidade de muitas técnicas projetivas, principalmente “aquelas que receberam refinamento em seus sistemas de avaliação e interpretação”, explica Hutz e Bandeira (1993, citados por Cunha, p. 22).

Já Dana (1984, citado por Cunha, 2000) fala que é difícil substituir instrumentos que são aprendidos na vida acadêmica por instrumentos mais sofisticados e propõe que haja participação em congressos e encontros de psicologia para que se possa conhecer melhor as técnicas projetivas e sua avaliação baseada em estudos e na ética.

De qualquer forma, sabe-se que cientificamente muitas das técnicas projetivas conquistaram o seu *status* indiscutível como importante recurso de avaliação psicológica e principalmente, lembra Gabbard (1998, citado por Cunha, 2000), na avaliação psicodinâmica. Essa avaliação psicológica é comumente chamada de psicodiagnóstico, este é realizado numa perspectiva clínica e foi introduzido, basicamente, por três autores: Galton, que introduziu o estudo das diferenças individuais; Cattell efetivou as primeiras provas denominadas como testes mentais e Binet que propôs a utilização do exame psicológico (por meio de medidas intelectuais) como coadjuvante da avaliação psicológica.

De acordo com Fernandez-Ballesteros (1986, citado por Cunha, 2000) o psicodiagnóstico visa identificar forças e fraquezas no funcionamento psicológico, tendo por foco detectar a existência ou não de patologia. Yager S. Gitlin (1999, citado por Cunha, 2000) chamam a atenção para que o psicodiagnóstico não se dê apenas em função de enquadrar o indivíduo dentro dos modelos psiquiátricos, que estes colaborem como parâmetros dos limites da variabilidade normal.

O processo de psicodiagnóstico pode ter diversos objetivos como por exemplo, uma classificação simples (nível intelectual), descritivo (exame do estado mental), classificação nosológica, diagnóstico diferencial, prevenção, dentre outros.

As técnicas utilizadas na realização do psicodiagnóstico podem ser as Técnicas de Mancha de Tinta, o Inventário Multifásico Minnesota de Personalidade, o Bender, o Wechsler Intelligence Scales (WIS), as Técnicas de Fazer Desenhos e as Técnicas de Contar Estórias. Esta última é a escolhida como instrumento para a realização da presente proposta de trabalho.

5. Desenhos – Estórias

O procedimento de Desenhos – Estórias (abreviadamente, D – E) é uma técnica de investigação da personalidade, esta emprega, basicamente desenhos livres associados a estórias, no contexto de diagnóstico psicológico de tipo compreensivo que trouxe uma abordagem clínica renovadora e uma visão humanística integradoras dos propósitos do diagnóstico psicológico (Trinca, 1984, citado por Cunha, 2000).

Este instrumento de investigação foi introduzido por Walter Trinca, em 1972, no intuito de explorar profundamente a dinâmica inconsciente da personalidade, especialmente queixas e outras angústias emergentes em dada situação.

O trabalho (tese acima) foi apresentado como tese de doutorado, sendo posteriormente transformada em livro. Segundo Cunha (2000) hoje encontram-se mais de 100 trabalhos publicados, dentre estes mais de 30 teses de Doutorado e dissertações de Mestrado feitos a respeito ou empregando o D – E.

A técnica do procedimento de Desenhos – Estórias de Trinca (1987) propõe que o examinando realize uma série de desenhos livres, associados às estórias que eles contam também de modo livre servindo como estímulos de apercepção temática. Sendo assim, “ele se constitui em instrumento com características próprias que, se vale de processos expressivo-motores e aperceptivo-dinâmicos” (Cunha, 2000, p. 429).

O resultado deste trabalho, os desenhos que eliciam as estórias e formam um todo, soma-se ainda a utilização de “inquéritos” e títulos para as unidades gráfico-verbais.

O uso do D – E expressa-se com grande valor não somente na detecção de componentes das experiências subjetivas, mas também no reconhecimento das características formais e estruturais da personalidade.

Grassano (1996, citado por Cunha, 2000) afirma que a produção gráfica revela a concepção e os conflitos inerentes ao manejo espacial, às funções e ao interior do próprio corpo, também as angústias e fantasias dominantes com relação ao corpo de outras pessoas, construídas desde as primitivas relações de objeto.

Por isto, o Procedimento de Desenhos – Estórias fundamenta-se em suposições como:

- O indivíduo pode revelar disposições, conflitos, esforços dentre outros, ao estruturar ou completar uma situação incompleta. Este é o princípio das técnicas projetivas em geral.
- As associações livres tendem a se dirigir a setores em que o indivíduo é emocionalmente mais sensível. Segundo Cunha (2000) esta mesma hipótese fundamenta a psicanálise e aplica-se ao D – E, que deixa o examinando livre para realizar a tarefa, podendo exprimir seus impulsos, angústias, conflitos, fantasias inconscientes, etc.
- Nas técnicas projetivas, quanto menor for a direção e estruturação do estímulo, maior será a possibilidade de surgir material emocionalmente significativo. Neste caso, espera-se que os núcleos significativos da personalidade possam manifestar-se.
- Crianças e adolescentes preferem comunicar-se por desenhos e fantasias aperceptivas do que se expressar por comunicação verbais diretas. Alguns adultos, muitas vezes, têm essa preferência.
- Determinada seqüência retiradas de provas gráficas e temáticas tende a produzir um fator ativador dos mecanismos e dinamismos da personalidade possibilitando uma maior profundidade e clareza na comunicação, com começo, meio e fim.

Quanto à avaliação do D – E existe a proposta psicanalítica com método “livre inspeção do material”. Esta forma de avaliação baseia-se em análise globalística, ou seja, a partir do conjunto da produção (desenhos – estórias, respostas aos inquéritos e outras associações), são levantadas hipóteses referentes às angústias e conflitos predominantes, à natureza dos impulsos, das fantasias inconscientes, dos vínculos mais significativos, das defesas mais utilizadas, entre outros aspectos. Esses aspectos são relacionados com as queixas.

Entretanto, há ainda a possibilidade de se realizar uma análise dos aspectos formais e estruturais do material avaliado, como por exemplo, a localização dos desenhos, a qualidade do grafismo, temas predominantes, uso de cores, etc. Da mesma forma, são consideradas as qualidades da verbalização, por exemplo, a adequação ao nível evolutivo do sujeito, o grau de coerência entre os desenhos, as estórias e os títulos, dentre outros aspectos. Desta forma, pode-se avaliar o grau de organização das funções egóicas, como a memória, o raciocínio, a lógica e a estrutura espacial, temporal, etc.

6. Procedimento de Desenho de Família com Estórias (DF – E)

Esta técnica de investigação psicológica foi introduzida por ‘Trinca’ em 1989 e denominada de Procedimento de Desenho de Família com Estórias e tem a origem das técnicas gráficas e temáticas, sendo um desdobramento recente da técnica de desenhos de família (Trinca, W., *et alii*, 1991, citado por Cunha, 2000).

Ela consiste na realização de uma série de quatro desenhos de família na seguinte ordem:

1. “Desenhe uma família qualquer”;

2. “Desenhe uma família que você gostaria de ter”;
3. “Desenhe uma família em que alguém não esta bem”;
4. “Desenhe a sua família”.

Após a realização de cada desenho solicita-se ao examinando que tendo base o desenho realizado, conte livremente uma estória. Em seguida, realiza-se o inquérito dando também um título à produção.

As condições para a aplicação e o material necessário são os mesmos do Procedimento Desenhos – Estórias.

A finalidade do DF – E consiste em detectar processos e conteúdos psíquicos, conscientes e inconscientes, relacionados a objetos internos e externos sobre a dinâmica familiar.

Desta forma, espera-se que se ponha em evidência as relações vividas em família os conflitos psíquicos, fantasias inconscientes, defesas e outros.

A fundamentação do DF- E é a mesma base do D – E, que valoriza a dinâmica inconscientes da personalidade, a regra da associação livre, a dinâmica da família, os princípios gerais das técnicas projetivas, os princípios de condução das entrevistas clínicas não estruturadas e semi-estruturadas, etc.

Para a avaliação, Trinca (1997) revela os itens como: características peculiares das figuras materna/paterna; os tipos de vínculos e formas de interação com as figuras parentais; trocas sexuais e afetivas entre figuras parentais; forças psicopatológicas e psicopatogênicas existentes na família; eventos familiares reveladores de conflitos e dificuldades; descrição que o examinando faz de si próprio; atitudes para com a vida e sociedade; características das forças de vida e destrutividade; mecanismos de defesa, dentre outros.

O DF – E têm-se mostrado eficaz, segundo Cunha (2000) no diagnóstico individual e de casal e na utilização cruzada entre os pais e a criança, enfim, na avaliação da dinâmica familiar, como um todo.

Com base nas informações levantadas através de pesquisas bibliográficas, foi possível embasar o artigo conciliando o referencial teórico e a pesquisa de campo.

Referências Bibliográficas

- Anzieu, D. (1981). *Os Métodos Projetivos*. trad. M L. do E. Silva. Rio de Janeiro: Campus.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V.N. de A. (1995). *A violência doméstica na infância e adolescência*. São Paulo: Robe.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (2003). *Research for Education- An Introduction to Theories and Methods*. N. York: Allinand Bacon.
- Borges, Z. M. (2001). *Aldeia Juvenil: um olhar sobre sua história*. S. M. G. Sousa (Org.). Em *Infância, adolescência e família*. Goiânia: Câne Editorial
- Browne, A. & Finkelhor, D. (1986). *Impact of child sexual abuse: A review of the research*. Psychological Bulletin. Vol 99, 66-77, retirado do website: <http://content.apa.org/journals/bul/99/1/66>
- Cantlay, L. (1996). *Detecting a child abuse – recognizing children at risk through drawings*. Santa Barbara, CA: Holly Presss
- Chauí, M. (1995). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.
- Código Penal Brasileiro (2004). Ed. Saraiva
- Combs, A. & Snygg, D. (1959). *Individual behavior: a perpeptual approach to behavior*. New York: Haper & Row Publishers.
- Cunha, J. A. (2000). *Psicodiagnóstico – V. J. A. Cunha (Org.)*. Porto Alegre: Artmed.
- Denzin, N. & Lincon, N. (2000). *Handbook of Qualitative Research*. California: Sage, Publications.
- Finkelhor, D. (1994). *The international epidemiology of child sexual abuse*. Child Abuse Neglect, May; 18, 409-17. Retirado no dia 12/02/2005, do website

http://www.ncbi.nlm.nih.gov/entrez/query.fcgi?cmd=Retrieve&db=pubmed&dopt=Abstract&list_uids=7804768&itool=iconabstr&query_hl=8

Giorgi, A. (2000). *Phenomenology and psychological research*. Pittsburg, P A, Duquesen University Press.

Gomes, W. B. (1998). *Fenomenologia e Pesquisa em Psicologia*. Porto Alegre: Editora Universidade, RS, p.19-44.

Gomes, W. B. (2004). *A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente*. USP. Retirado no dia 05/02/2005, do website

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000200015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Holanda, A. (1995). Pesquisa fenomenológica e psicologia eidética: elementos para um entendimento metodológico. Em M. A. de T. Bruns & A. Holanda (orgs.), *Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas* (pp. 41-64). Campinas, S.P. Alínea.

Kristensen, C. H., Flores, R. Z. & Gomes, W. B. (2003). Revelar ou não revelar: uma abordagem fenomenológica do abuso sexual em meninos. Em M. A. de T. Bruns & A. Holanda (orgs.), *Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas* (pp. 121-157). Campinas, S.P. Alínea.

Maciel, J de C. (2003). *Franz Clemens Brentano e a Psicologia*. Em: *Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas*. M. A. T. Bruns e A. F. Holanda (Org.). Campinas, SP: Editora Alínea, p. 27 a 39.

Minayo, M.C. S. (1999). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Hucitec, Rio de Janeiro, Abrasco [Coleção Saúde em Debate, 46].

Moreira, D. A. (2002). *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson.

National Incidence and Prevalence of Child Abuse and Neglect (2001). *Implications for Prevention*. Study Number: 13. Retirado no dia 04/08/2004, do website <http://www.childabuse.com/fs13.htm>

Pesquero, S. (2003). *A pesquisa qualitativa de enfoque fenomenológico na psicologia*. Curso ministrado no programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás.

Pesquero, S. (2005). *A importância da Act-Psychology de F. Brentano*. Porto Alegre: Psicologia: Reflexão e Crítica, publicação agendada para 2005.

Rizzini, I. (2001). Cidades violentas: sua relação com a infância no caso brasileiro. S. M. G. Sousa (Org.). *Em Infância, adolescência e família*. Goiânia: Cânone Editorial

Sousa, S. M. G. & Moraes Neto, O. L. de (1997). *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia*. Goiânia: Cerne.

Steinier, M. H. F. (1986). *Quando a Criança não tem vez*. M. H. F. Steinier (Org.). São Paulo: Pioneira.

Trinca, Walter (1997). *Formas de investigação clínica em psicologia: procedimento desenhos-estórias: procedimento de desenhos de família com estórias*. Walter Trinca (Org.) São Paulo: Vetor.

Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Vitiello, N. (1989). Vitimização sexual: conseqüências orgânicas. Em M. A. Azevedo e V. N. de A. Guerra. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. Violência física e sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Iglu.

Wertz, J. (2002). Method and findings in a phenomenological psychological study of a complex life-event: being criminally victimized. Em: A. Giorgi, *Phenomenology Phenomenology and psychological research*. Pittsburg, P A, Duquesen University Press.

Artigo

**Violência sexual familiar: significados da experiência
vivida por duas crianças de 7 anos**

**Family sexual violence: meanings of lived
experiences by two seven years old children**

Autora: Fernanda Silvério de Faria
Orientador: Prof. Dr. Saturnino Pesquero Ramón

Resumo

As estatísticas tanto estaduais, quanto nacionais e internacionais, revelam o caráter epidêmico e endêmico da criminalidade na modalidade de violência sexual familiar com crianças. O Programa Sentinela – Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, do Avança Brasil, coordenado pelo Ministério do Planejamento, ligado à implantação e execução do Estatuto da Criança e do Adolescente, mostra a gravidade deste problema. O presente trabalho pesquisa através do método qualitativo de base fenomenológica os significados vividos pela criança vitimada explorando-os por meio da técnica Desenho de Família com Estória (DF-E). O referido procedimento facilita a verbalização gráfica e verbal dos conteúdos psicológicos e traumáticos defensivamente silenciados. A análise dos resultados obtidos confirma os estudos existentes sobre os efeitos nocivos da experiência estudada e desvelam novos aspectos da mesma, tais como: sentimento de falta de proteção familiar, especialmente da materna, antes do abuso; medo de que aconteça novamente e pelo mesmo motivo. Estes novos ângulos do problema podem ajudar numa reformulação enriquecedora das políticas existentes.

Palavras-chave: Qualitativo; fenomenológico; violência sexual familiar; técnica projetiva; mundo fenomênico (*perceptual-field*)

Abstract

State, national and international statistics reveal both the epidemic and endemic characteristics of criminality expressed as family sexual violence against children. The *Sentinela* (“Sentry”) – Programme Against Abuse and Sexual Exploitation of Children and Teenagers –, part of the *Avança Brasil* (government plan coordinated by the Brazilian Ministry of Planning) concerned with implementing and executing the Child and Teenager Statute, shows the depth of this problem. By using the technique of family drawing with storytelling, the present work carries qualitative phenomenological research about the meanings that the victim child lives. This procedure facilitates the graphic and verbal externalisation of psychological and traumatic contents defensively kept in silence. Analysis of the obtained results confirms the existent studies about the harmful effects that the investigated experience causes. Besides, it reveals new aspects about the matter, such as: sense of lack of family protection, especially by the mother’s side family, before the abuse; and fear that it may happen again, for the same reason. These new views about the problem can help to richly reformulate the existing policies.

Keywords: Qualitative; phenomenological; family sexual violence; projective technique; perceptual field.

Os problemas que afligem a infância têm sido alvo de crescente atenção e indignação por parte da sociedade, especialmente a questão da violência sexual. Esta é considerada um problema relevante de saúde pública por atingir um grande número de crianças e afetar o desenvolvimento psicológico das vítimas.

Estudos coordenados por Sousa e Morais Neto (1997) sobre a literatura nacional e internacional, acerca dos tipos de violência cometidas contra crianças e adolescentes, revelam que 10% correspondem a abusos sexuais. Estes mesmos estudiosos acreditam haver um sub-registro dos casos, devido a fatores como: dificuldade de comprovação de alguns tipos de abusos (sexo oral, atos de libidinagem, etc), situação passiva de muitas crianças diante da situação vivida, despreparo por parte de alguns profissionais da educação e saúde (que não detectam indícios da violência), etc.

Outro fator que pode provocar uma variabilidade nos dados das pesquisas sobre o fenômeno da violência sexual são as definições diferentes para o mesmo fenômeno (Kalichman, 1993, citado por Kristensen, Flores & Gomes, 2003).

De acordo com o Art. 213 do Código Penal Brasileiro, estupro é entendido como o ato de "Constranger à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça." Por conjunção carnal entende-se a penetração do pênis na vagina, completa ou não, com ou sem ejaculação. Assim, o estupro é um crime que só pode ser praticado por um homem contra uma mulher, incluídas nesse caso meninas e adolescentes.

Por atentado violento ao pudor a definição consta no Art. 214 do Código Penal: implica em "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal."

Azevedo e Guerra (1995), definem violência sexual: "todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança

menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre a sua pessoa ou a de outra pessoa” (p.53).

Estudos realizados pela *National Incidence Study of Child Abuse and Neglect*, realizado nos Estados Unidos, verificou que, em suma, o número de crianças vítimas de abuso sexual aumentou em 125% no período entre 1986 e 1993.

Finkelhor (1994), ao analisar dados epidemiológicos de 21 países, constatou que a variação de frequência de mulheres que sofreram abuso sexual na infância foi de 7% a 36%, enquanto que entre os homens foi de 3% a 29%. O mesmo estudo também detectou que o abuso intra-familiar aparecia entre um terço e metade das experiências de vitimação das meninas.

A pesquisa *Reflexos do Estatuto da Criança e do Adolescente na imprensa: notícias sobre crianças vítimas de violência e acidentes*, que teve por base os dados do jornal de maior circulação no estado de Goiás – *O Popular* –, concluiu que:

Há predominância das situações de violência no espaço urbano, sendo que a residência da vítima é o espaço preferencial de ocorrência da violência (53,1%), e que grande número (48,6%) das violências cometidas contra elas partem de adultos afetivamente próximos: pais, mães, tios, avós, etc (...) Foi ainda possível identificar e distribuir segundo categorias os diversos tipos de violência contra a criança: a categoria *violências físicas*, que abrange desde o assassinato até a ‘surra’, corresponde a 56,2% das notícias; *violência sexual*, 31,3%; *violação dos direitos humanos básicos*, 10,5%; e a categoria *outros tipos*, 2%. (Sousa, 1997, citado por Sousa & Morais Neto, 1997, p.5).

Numa análise de fatores que facilitam a violência sexual doméstica, Cantlay (1996) relata que, com as mudanças dramáticas ocorridas nas últimas décadas, a crítica situação econômica forçou pais e mães a se engajarem numa jornada

excessiva de trabalho. Assim, muitas crianças têm que permanecer em casa (sozinhas ou assistidas por vizinhos ou babás), e por conseqüência ficam mais suscetíveis a se relacionarem com estranhos. Como agravante, soma-se o fato do número crescente de divórcios e a constituição de novas famílias.

Cobo (sd, citado por Sousa & Morais Neto, 1997) descreve as etapas da dinâmica do abuso sexual:

- Cerceamento: através de seu acesso à vítima, o abusador procura convencê-la de que a atividade sexual é algo interessante e divertido.
- Interação sexual: a atividade sexual progride de superficial até uma penetração anal, oral ou vaginal.
- Segredo: há uma imposição do abusador sobre a vítima para que esta mantenha sigilo sobre o abuso, o que favorece repetições do ato.
- Descobrimto ou revelação: geralmente a revelação do abuso se dá acidentalmente porque a terceira pessoa descobre ou percebe evidências físicas. Esta descoberta pode gerar uma crise na família: a denúncia contra o agressor ou a negação do acontecido.
- Coerção: tem por objetivo ocultar o acontecido, após a revelação, para evitar intervenções externas e publicidade.

Em pesquisa realizada, DeFrancis (1969, citado por Browne & Finkelhor, 1986) concluiu que 66% das crianças vítimas de abuso sexual apresentaram distúrbios emocionais, sendo que deste total 52% eram distúrbios moderados e 14% eram mais graves. Apenas 24% mantiveram-se emocionalmente estáveis. Outro estudo aponta que 17% das vítimas de abuso pesquisadas por Bagley e Ramsey's (1985, citado por Browne & Finkelhor, 1986) sofreram depressão e 18% tiveram sérios problemas psiconeuróticos em algum momento após o abuso.

A literatura clínica levantada por Browne e Finkelhor (1986), inclui que boa parte das crianças vítimas de abuso sexual apresentaram: dificuldades na escola, medo, ansiedade, raiva, hostilidade, comportamentos sexuais inadequados, comportamentos agressivos, dificuldade em confiar em outras pessoas, sentir-se isolado, baixa auto-estima, casamentos precoces.

Gonsiorek (1994, citado por Kristensen, Flores & Gomes, 2003) propõe que haja maiores esforços para compreender como a experiência afeta as vítimas. Nesta mesma direção caminha o presente trabalho que, para acessar esta experiência – ser vítima de violência sexual especificamente na família –, utiliza o método qualitativo de base fenomenológica, que possibilita uma descrição e reflexão sobre este fenômeno ainda pouco compreendido.

Bogdan e Biklen (2003) explicam que a pesquisa qualitativa visa compreender o comportamento ou a experiência estudada partindo do “quadro de referência do próprio sujeito” na sua própria vivência (p.2).

Em pesquisa qualitativa a amostragem pode ser denominada proposital, intencional ou deliberada que, de acordo com Pope e Mays (1995, citado por Turato, 2003), possibilita uma livre escolha dos sujeitos ou ambientes em oposição a uma amostra representativa da população pesquisada. Essa liberdade para escolher a amostra é destacada como favorável por Bogdan e Biklen (1998, citado por Turato, 2003) visto que esta escolha, sendo baseada nos pressupostos do trabalho, tende a fornecer informações substanciais sobre o tema estudado.

Em relação ao tamanho da amostra na pesquisa qualitativa, Turato (2003) ressalta que na riqueza dos dados obtidos – mesmo sendo a experiência relatada por poucas pessoas – há a possibilidade de descobrir novos conceitos e pressupostos que são levantados na discussão da pesquisa. Nesta visão, Minayo (1999) aponta que

deve-se preocupar menos “com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão” (p.102). Portanto, visando obter uma rica compreensão da experiência do sujeito e ao mesmo tempo satisfazendo os demais objetivos do presente trabalho é que optou-se pelo método de base fenomenológica.

Segundo Moreira (2002), a Fenomenologia, como movimento filosófico e com o sentido que se mantém até hoje, nasce no início do século XX com a obra *Investigações Lógicas*, de Edmund Husserl.

É necessário, para o fenomenólogo, olhar os elementos que surgem na experiência da pessoa que as vê, utilizando-se da *epoché*, que significa a suspensão de qualquer julgamento, ou seja, suspender as formas familiares de olhar as coisas.

Parte-se muito do princípio do qual Holanda (1995) afirma, e que Carl Rogers compartilha, sobre “ninguém melhor para entender sua experiência que o próprio sujeito vivente, a partir de um voltar-se à sua própria vivência, no seio de uma relação subjetiva” (p.45).

Em outras palavras, a principal tarefa da Fenomenologia consiste em estudar a significação das vivências da consciência. Para isto, Husserl (1907; 1913, citado por Gomes, 1998) propõe a “volta às coisas mesmas”, interessando-se pelo puro fenômeno e colocando assim passos para a investigação fenomenológica. Estes são conhecidos por *descrição*, *redução* e *interpretação*. O desenho metodológico configurado por Pesquero (2003) a partir de Giorgi (2000), Wertz (2002) e Gomes (1998) se operacionaliza seguindo essas três fases.

A primeira é a fase descritiva: descrição fenomenológica, onde se exploram mais profundamente os significados vivenciados da experiência estudada. É uma fase estimulativa e reflexiva.

A segunda fase é a construtiva: redução fenomenológica, onde a partir dos dados e significados explorados nos estudos constrói-se uma estrutura global diferenciando os elementos significativos invariantes ou comuns e os variantes ou próprios de um ou alguns sujeitos estudados.

Já a terceira fase é a conclusiva: interpretação fenomenológica – na qual se avaliam se os significados explorados, sobretudo os invariantes, confirmam, questionam ou enriquecem os estudos sobre a experiência em foco. Esta fase é a mais importante no sentido de que fundamenta a psicologia fenomenológica, que tem como postulado básico a idéia que “todo comportamento, sem exceção, está completamente determinado pela esfera fenomênica (*perceptual field*) do organismo que se comporta” (Combs & Snygg, 1959, p. 20). Tal postulado (Pesquero, 2005) torna cristalina e traduz a tese Brentaniana sobre a indissociabilidade entre ação e pensamento, exposta em sua *act- psychology* (p. 18).

Gomes (2004, p.8) ressalta a importância desta terceira fase ao escrever que a mesma “não se limita à definição de um sentido ou intencionalidade, pois especifica um determinado modo de ser [o do mundo fenomênico] e relacionar-se com o mundo [o mundo da conduta]”.

O presente trabalho, numa proposta de compreender os significados da experiência vivida (ser violentado sexualmente), enfrenta a dificuldade de que alguns sujeitos estudados não consigam expor a situação vivenciada, nem mesmo refletir sobre ela, preferindo talvez silenciarem-se ou omitirem-se, conforme estudos recentes de Finkelhor (1994). Para transpor essa barreira recorre-se à “investigação operativa” preconizada por Proshansky (1999), utilizando-se de técnicas projetivas.

Tendo em vista que projeção seria, basicamente, segundo Anzieu (1981), a exteriorização de um processo interno, compreende-se então o objetivo das técnicas

projetivas, que consiste em colocar em evidência o conjunto de fatores internos e que intervém na conduta humana.

O procedimento de Desenhos – Estórias (abreviadamente, D – E), preconizada por Trinca (1987), é uma técnica de investigação da personalidade que emprega basicamente desenhos livres associados a estórias, no contexto de diagnóstico psicológico de tipo compreensivo.

Quanto à avaliação do D – E, segundo Trinca (1987), existe a proposta psicanalítica com o método de livre inspeção do material do conjunto da produção (desenhos – estórias, respostas aos inquéritos e outras associações). Esses aspectos são relacionados com as queixas.

Uma variação do D-E é o procedimento de Desenho de Família com Estórias (DF – E). Esta técnica introduzida por Trinca em 1989 consiste na realização de uma série de quatro desenhos de família com a finalidade, de acordo com Trinca (1997), de detectar processos da dinâmica familiar, evidenciando as relações vividas em família, os conflitos psíquicos, etc. Este procedimento será detalhado no método da pesquisa.

Enfim, o DF têm-se mostrado eficaz no diagnóstico familiar, segundo Cunha (2000).

A partir dos referenciais teóricos e pesquisas citadas, objetivou-se neste trabalho:

1. Desvelar os significados subjetivos da experiência de violência sexual sofrida.
2. Possibilitar um estudo comparativo das estruturas significativas estudadas nos dois estudos de caso: análise dos elementos variantes e invariantes.
3. Proporcionar uma discussão crítica dos resultados obtidos no sentido de confirmarem, questionarem ou ampliarem o saber existente consultado.

Método

Participantes

Com este estudo colaboraram duas crianças que são atendidas pelo Programa Sentinela em Goiânia - Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, do Avança Brasil, coordenado pelo Ministério do Planejamento. Este programa foi criado para atender às determinações da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei Orgânica de Assistência Social, e tem por objetivo proporcionar um atendimento multiprofissional especializado, apoio psico-social e jurídico, acompanhamento permanente, abrigo por 24 horas (quando for o caso) e a oferta de retaguarda ao sistema de garantia de direitos às crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência sexual. Em 2004, os 336 Centros de Referência, em 315 municípios de todo país, atenderam a 27 mil meninos e meninas. No estado de Goiás, foram 990 crianças (de 7 a 14 anos) atendidas por mês, sendo que deste total 80 eram da cidade de Goiânia.

A seguir, uma breve descrição dos sujeitos participantes da investigação:

Sujeito I:

Nome: D. dos S. – Sexo: Feminino

Data de Nascimento: 04/11/97

Pai: Não registrou

Mãe: D. dos S. – 40 anos – Empregada Doméstica (desempregada no momento)

Motivo do Encaminhamento:

Consta no Boletim de Ocorrência que a criança foi vítima de atentado violento ao pudor aos cinco anos e seis meses de idade, e: “D. comentou com a tia L. que o sr. G. teria pedido para que ela pegasse no ‘pipiu’ dele. Informa que o fato aconteceu perto de D.(irmã), a qual o acusado já havia lhe passado a mão na ‘xoxota’. As menores contaram à tia que o avô dava dinheiro para que fizessem aquilo e não contasse para ninguém. Nada mais.”

A criança declarou também na Delegacia Especial em Investigação de Crimes contra a Criança que “reside em um quarto com a irmã e a mãe, cedido pelo avô (paterno) G.; quando a mãe sai para trabalhar, fica sozinha com a D.(irmã) ; que quando vai na casa do avô para ver TV, ele pega na sua ‘xoxota’ e que fica passando a mão, e que faz isso “toda hora” e já fez isso várias vezes, e que não gosta quando ele faz isso; que seu avô mostrou o pênis para ela e para a D. várias vezes e já encostou o pênis em sua vagina, que doeu, mas não saiu sangue; quando seu avô pôs o pênis em sua vagina saiu ‘leite’. Nada mais disse e nem foi perguntado”.

Sujeito II:

Nome: D. G. de S. – Sexo: Masculino

Data de Nascimento: 07/03/98

Pai: C.P.S. – 25 anos – Garçom

Mãe: C.P.B. – 26 anos – Empregada Doméstica

Responsável: D. P. (Avó Paterna)

Motivo do Encaminhamento:

A criança foi vítima aos três anos e nove meses de idade de abuso sexual, cometido pelo namorado da prima da sra. C. P. B., com quem dividia a residência. L. J. de A. pediu permissão à mãe da criança para passear com ele e ficou com ele mais ou menos 30 minutos. Após isto a criança começou a dizer que o L. colocou o pênis na sua boca e nas nádegas e reclamava de dor – que a mãe acha que é o ânus. “O sr. L. J. de A. impôs à criança violência física com conjunção carnal de todas as formas em que tapava os olhos da criança intimidando a qualquer reação contrária. O agressor lhe deu balas e bombom em troca do silêncio mas a criança sentia dor ao sentar-se” (Consta no Boletim de Ocorrência).

A criança tem uma história de abuso sexual sofrido pela madrasta em novembro de 2000, onde a mesma, com as mãos, manipulava o órgão genital da criança, até que a mãe tomou conhecimento e as providências junto ao Conselho Tutelar para a guarda materna definitiva. A criança já fez quatro cauterizações e os exames denunciaram *Condiloma*, e ela continua em tratamento no Hospital Materno Infantil. A doença manifestou-se após dois anos do último abuso. Após o abuso e o desemprego da mãe, a criança está sob os cuidados da avó paterna. Nas seções terapêuticas a criança verbalizava para a psicóloga do programa que “o homem pôs o pipi na boca e no bumbum e depois jogou leite”.

Material

Sala apropriada para atendimento psicológico, com mesa e duas cadeiras para a aplicação do teste psicológico. Foram utilizadas folhas em branco do tamanho ofício, lápis preto, caixa de lápis de cor, borracha e apontador.

Procedimento

As crianças convidadas a participar da pesquisa foram apresentadas à pesquisadora pela psicóloga que acompanha os casos. A pesquisadora solicitou autorização dos pais, que assinaram o Termo de Livre Consentimento e depois convidou as crianças, individualmente, a realizar alguns desenhos.

Em sala apropriada para o atendimento psicológico, realizou-se inicialmente uma entrevista individual, seguida da aplicação do Procedimento Desenho Família – Estória, indicada para o presente trabalho pois, segundo Cunha (2000), crianças e adolescentes preferem comunicar-se por desenhos e fantasias aperceptivas do que se expressar por verbalizações diretas.

Com a criança sentada de frente para uma mesa, a examinadora, posicionada à sua frente, colocou uma folha de papel na posição horizontal. Não foi mencionada a possibilidade de alterar essa posição. Foram espalhados sobre a mesa os lápis de cor e o preto nº 2. As instruções foram dadas, sendo que após a realização de cada desenho solicitou-se à criança que, a partir do desenho, contasse livremente uma estória, dando-lhe um título.

As instruções foram: “Desenhe uma família qualquer”; “Desenhe uma família que você gostaria de ter”; “Desenhe uma família em que alguém não está bem” e “Desenhe a sua família”.

A examinadora tomou nota dos relatos. Fez-se necessário o “inquérito” em alguns momentos para esclarecer melhor a estória.

Ao final desta atividade, a examinadora agradeceu a criança pela participação.

Resultados

Fase Descritiva

Os resultados foram obtidos através do procedimento Desenho de Família com Estória (DF-E), aplicado nos sujeitos. Para melhor visualização foi feito um recorte na parte mais significativa do desenho. Os dados levantados possibilitam alcançar o primeiro objetivo deste trabalho através da primeira fase do método fenomenológico: descrição da experiência dos sujeitos. As observações da examinadora, feitas durante a aplicação, estão entre parênteses.

Sujeito I - D. dos S.

A Figura 1 apresenta a unidade de produção I: “Desenhe uma família qualquer”.



Figura 1. Título: A festa de aniversário.

Observações durante a Aplicação: “Fiz a menina e agora o menino” (Apagou)
“Fiz uma menina em cima dele. Ela tem blusa e saia. Ela ficou feia” (Apaga, e refaz)
“Essa é a mãe e essa é a Maralinda”.

Verbalização: “A mãe tava falando pra Maralinda para fazer o vestido para ela ir pra festa da Maralinda. Os passarinhos falou pra ela ir bem bonita. O sol falou pra lua pra ela se arrumar pra ir pra festa da Maralinda. Aí a lua falou: obrigado sol, porque eu já tava esquecendo da festa da Maralinda. A mãe foi mais linda do que a Maralinda”. (O que a Maralinda achou disso?) “Achou bom porque era festa”. (Quem foi nessa festa?) “A lua, o sol, os passarinhos, as flores e todo o jardim. Ela achou tão bom!”

Aspectos Significativos da Produção (D-E): Falta de relacionamento afetivo; Ausência da figura paterna; Importância da figura materna; Falta de relacionamento social; Vontade de superação da falta de afeto.

A Figura 2 apresenta a unidade de produção II de D. dos S: “Desenhe uma família que você gostaria de ter”.



Figura 2. Título: O monstro na casa.

Observações durante a Aplicação: “Tia, vou desenhar uma casa que eu queria ter. Aqui é a janela. Ó tia, aqui na porta tem o lugar de abrir. Tem a chave e a menininha

tá abrindo. Aí ela entrou. Aí eu apago ela aqui” (Apagou a menina que havia desenhado).

Verbalização: “A casa é tão linda. A mãe falou: – Eu não quero essa casa suja, burra! – Mas mãe, eu que construí pra gente! – Mas você não vai morar lá. Vai comigo. Aí a menina chorou, chorou. Aí depois a mãe chorou uns três dias. Aí a mãe falou: eu te perdô, que elas podiam morar lá. Aí tem a casa, aí o monstro entrou na casa da filha. Aí ela deitou na cama. Aí o monstro tava fazendo comida, aí a mãe tava do lado do monstro fazendo comida. Aí ela gritou: Ah! Aí a menina acordou e foi lá e o monstro comeu ela. A mãe fugiu e deixou a filha lá! Aí o monstro foi e comeu a menininha. A casa tem vermelho, amarelo, laranjado e azul”. (Como se chama o monstro?) “J. G.” (E como ele é?) “Velho, tem o cabelo curto e a pele da cor da sua, tia. Ele passa batonzinho de mulher”. (E a mãe deixou a menina sozinha?) “É, a mãe era mau porque deixou a menina sozinha. É só”.

Aspectos Significativos da Produção (D-E): Conflito com a figura materna; Auto-estima negativa; Sentimentos de solidão; Medo de ser destruída; Mãe hostil/egoísta; Ameaça dentro da própria casa; Necessidade de proteção; Presença ‘fantasma’ do agressor; Medo pela presença do agressor.

A Figura 3 apresenta a unidade de produção III: “Desenhe uma família em que alguém não está bem”.



Figura 3. Título: A mulher

Observações durante a Aplicação: (Enquanto desenha, fala) “Ela tá com dor de cabeça, com dor na barriga porque vai nascer um filho. Aí ela foi e caiu” (Desenha ao lado da mulher a queda).

Verbalização: “Aí tava doendo, a barriga dela tava doendo. Aí ele morreu”. (Quem morreu?) “O nenê. Ela não deu água pra ele, não deu comida, não deu nada. O médico falou para a filha que ele morreu. Ela gritou, chorou, chorou, chorou e chorou. A mãe falou assim: todas as pessoas que é assim muito mal, que não dá nada pros filhos, perde eles! A mãe dela tinha dez anos, aí a mãe dela não deu nada pra ela. – Você é mau! Não dá nada pra suas filhas! Safada! Sem vergonha! Aí pronto”. (Inicia a pintura dos desenhos). “Põe a cor que eu to pintando, tá tia?” (Pinta de azul e laranja) (Mais alguma coisa da estória?) “Não”.

Aspectos Significativos da Produção (D-E): Tristeza pela falta de atenção materna; Mãe hostil/egoísta.

A Figura 4 apresenta a unidade de produção IV de D. dos S.: “Desenhe a sua família”.

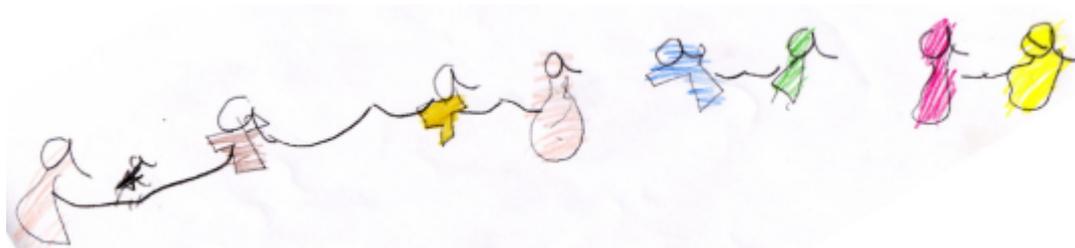


Figura 4. Título: As pessoas da minha casa

Observações durante a Aplicação: (Antes de iniciar o desenho, pergunta:) “Tem homem mas eu não vou fazer não tá, tia?” (Por quê?) “Porque eu não quero. Só vou desenhar mulher. Pode ser?” (Faça o que você achar melhor) (Inicia o desenho).

Verbalização: Essa daqui era meu vô, a vó, o tio, minha tia D., tia L. e meu irmão e os meus colegas e minha sobrinha, que é a I”. (O que vocês estavam fazendo?)

“Tava conversando com um de cada vez, esses dois tava conversando” (Ligava os braços) “E o último tava pulando corda” (Quem mora na sua casa?) “Minha família aí” (Todo mundo que está desenhado?) “É” (Falta alguém?) “Não”.

Aspectos Significativos da Produção (D-E): Falta de convívio social; Ausência da figura paterna; Ausência da figura materna; Rejeição da figura do agressor sexual.

Sujeito II- D. G. de S.

A Figura 5 apresenta a unidade de produção I: “Desenhe uma família qualquer”.



Figura 5. Título: Pedro Wilson, Pipinho, Mamá, Mimi e Bobo.

Observações durante a Aplicação: (Enquanto desenhava apagou várias vezes partes dos desenhos e refazia) (Colocou o nome dele) “Tia, como escreve o seu nome”? (Soletrei o meu para ele) “Escreve pra mim?” (Depois que você terminar seu desenho e contar a estória. Pode ser?) “Tá bom. Terminei. Peraí”. (Desenhou cruzeiros ao lado dos retângulos).

Verbalização: “Era uma vez uma mulher que era mãe do menino e morreu. Ficou dentro da casa e o pai chorando e o filho não chorava. A mãe dele ele não sabia quem era. Aí o sol foi e teve uma nuvem e depois o sol apareceu. Aí o sol foi nascendo, nascendo, nascendo. Aí quando o sol ficou quente, todo mundo ficou quente, depois veio a mãe que morreu. A mãe foi enterrada perto da casa dele. Aí eles iam ver. Aí eles estavam chorando, chorando, o filho e o pai, porque a namorada morreu”. (Namorada de quem?) “Do pai. E o pai morreu. Aí ele não tinha ninguém

pra ficar com ele”. (Morreu de quê?) “De doença de gato”. (E a mãe?) “Morreu de passar a mão no cachorro e a filha morreu de passar a mão em pinto”. (Como assim?) “Um pinto de estimação, só que era daquele de galinha”.

Aspectos Significativos da Produção (D-E): Separação das figuras parentais (a mais radical: morte); Sentir-se só e desamparado; Importância da figura paterna; Dificuldade de relacionamento com a figura materna; Vontade de esquecer o vivido (matar os agressores sexuais ou quem permitiu o acontecimento).

A Figura 6 apresenta a unidade de produção II: “Desenhe uma família que você gostaria de ter”, do sujeito II.



Figura 6. Título: Prêmio

Observações durante a Aplicação: “Aqui é o quarto da minha vó, aqui é a sala e tem uma porta. Aqui é a porta da cozinha. Aqui é terrero. Esse é o galo lá de casa. E aqui eu vou fazer tudo que tem lá. Tem pé de manga e outro pé de manga. Pé de goiaba. Tem outra galha e aqui, outro pedaço de galha. Aqui tem pau que sobe assim.”

Verbalização: “Esse daqui é o pé de árvore que tem lá em casa. A gente pega manga. Aí tem o galo e os pintinhos ficam na casinha porque senão o gato come. Tem o pintinho que fica dentro de casa e o gato fica entrando em casa para comer o pintinho, aí meu tio J. tentou matar o gato. E o nome do meu pai é C. Meu outro tio chama J.. Meu pai vai casar só que não é com a minha mãe. Minha mãe não gosta

dele nem ele dela. Só o fim da história do pé de goiaba. Meu pai casando ela vai ser minha madrasta”. (Pausa) “Lá tem muita goiaba, aí a gente come e meu tio sobe lá pra pegar goiaba. Aí a gente come. Pronto. Falei pro amigo do meu pai, R., agora este é o nome do galo”. (Parou a estória) (O que você falou?) “Nada”. (Onde vocês estão no desenho?) “Dentro de casa”. (Fazendo o quê?) “Meu pai foi pra casa da namorada e o tio J. foi trabalhar. Eu fiquei sozinho”.

Aspectos Significativos da Produção (D-E): Sentimento de solidão; Preocupação com o conflito de separação dos pais; Medo de ficar sozinho pela separação dos pais; Sentir-se ameaçado no próprio lar.

A Figura 7 apresenta a unidade de produção III: “Desenhe uma família em que alguém não está bem”.

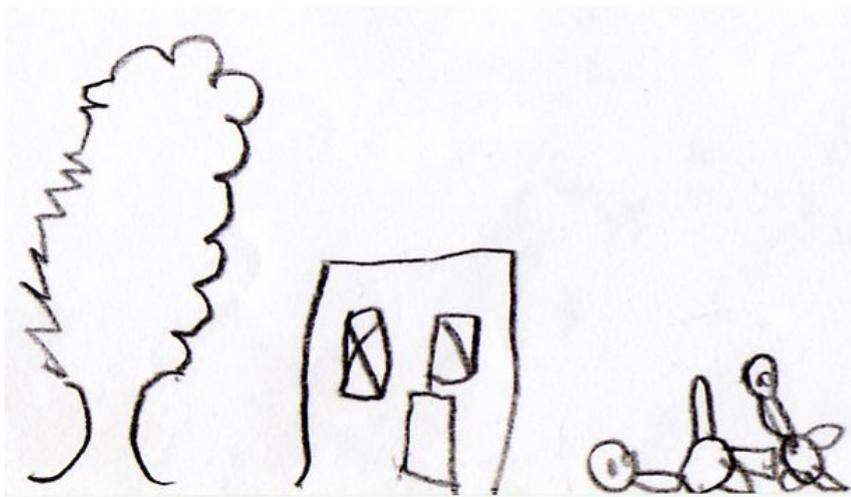


Figura 7. Título: O maluco da doidera

Observações durante a Aplicação: (Não verbalizou nada durante a elaboração do desenho).

Verbalização: “Meu tio tava dormindo aí ele tava passando muito mal. Agora aqui é a porta. Esse tio aqui tá caído no chão. Ta passando muito mal e todo mundo do lado de dentro. Aí eles ouviram uma voz assim: Ai! Tô passando mal! Alguém me ajude!” (Sussurrou esse pedido) “Aí alguém abriu a porta e foram ajudar ele. Só

“tinha uma pessoa dentro de casa” (Quem foi ajudar?) “Foi meu pai. Quero fazer rapidão pra eu poder fazer o outro logo”. (Referindo-se ao desenho) (Ele estava passando mal por quê?) “Tava passando mal de comer alguma coisa. Era uma balinha. A mulher que trabalhava lá colocou um remédio pra ele passar mal”. (Como ela chamava?) “Dona J.”. (O que foi feito para ajudar?) “Chamou uma ambulância”. (Virou a folha e colocou junto com as outras já realizadas) (Mostro novamente o desenho e pergunto: Quem está deitado?) “O tio”. (E quem está do lado?) “É” (Pausa) “É o meu pai”. (Quer terminar a estória?) “Quero”.

Aspectos Significativos da Produção (D-E): Indefeso na hora da agressão sexual; Vontade de pedir (gritar) auxílio; Sofrimento físico pela agressão; Sentir como doente o agressor; Rejeição do prêmio (gratificação por ser abusado pelo tio); Ausência da figura materna; Necessidade de proteção;

A Figura 8 apresenta a unidade de produção IV de D. G. de S: “Desenhe a sua família”.

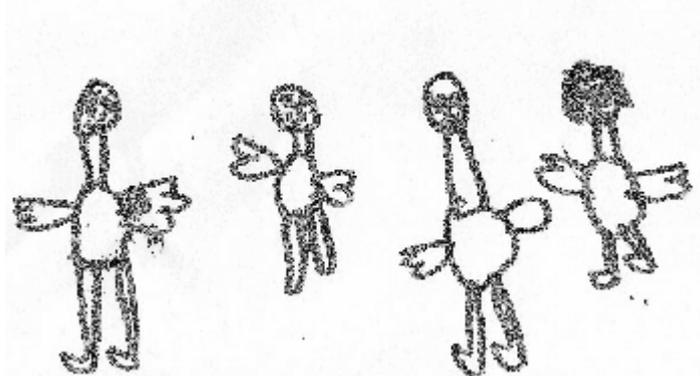


Figura 8. Título: Maligna (Por que esse nome?) “Porque é bonita”.

Observações durante a Aplicação: (Deixou o lápis preto e pegou o de cor preta). (Desenhou as três primeiras pessoas sem comentários, na quarta pessoa ele falou). “Agora aqui é a minha vó”. (Depois escreve o nome dele).

Verbalização: “Nós tava passeando aí a gente foi no parque, passeou, brincou na formiginha, na avião, no pula-pula, no elefante, no passa cueca, na roda gigante. No carro de bate-bate, no barco, jai-jak”. (Que parque?) “Parque Nacional. Só isso!” (Me conta como esse pessoal foi para o passeio?) “Foram de carro, uma caminhonete, cabia todo mundo. Uns iam na frente e outros ai atrás da caminhonete”. (Quanto tempo?) “Cinco horas e depois mais dez horas” (O que você achou do passeio?) “Achei bom.” (O que você mais gostou?) “Da comida, era pastel e suco, e o brinquedo”. (O que você menos gostou?) (Pausa) “Do balão e da casa do terror, aí eles vieram e triscaram o braço ni mim”. (Quem?) (Não respondeu) “Aí eu gritei: Ah”! (Sussurra o grito) “Só! Acabou.”

Aspectos Significativos da Produção (D-E): A importância da avó; Perceber a família ora boa, ora maligna; Ausência figura materna.

Fase Construtiva

Nesta fase constrói-se uma estrutura global onde se diferenciam os elementos significativos invariantes e os variantes obtidos pelos desenhos e histórias dos sujeitos estudados. Na Tabela 1, a seguir, estão relacionados todos os elementos significativos vivenciados por duas crianças pela experiência de violência sexual familiar sofrida.

Tabela 1

Elementos variantes e invariantes da experiência de violência sexual familiar

Significados refletidos	
Invariantes	Variantes
<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de solidão • Dificuldade de relacionamento com a figura materna • Sentimento de ameaça dentro da própria casa • Ausência da figura materna (em alguns momentos) • Necessidade de proteção 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de relacionamento afetivo • Separação das figuras parentais (a mais radical: Morte) • Falta de relacionamento social • Vontade de superação da falta de afeto • Auto-estima negativa • Medo de ser destruída • Mãe hostil/egoísta • Presença 'fantasma' do agressor • Medo pela presença do agressor. • Tristeza pela falta de atenção materna • Rejeição da figura do agressor sexual. • Importância da figura paterna • Ausência da figura paterna • Vontade de esquecer o vivido (matar os agressores sexuais ou quem permitiu o acontecimento) • Preocupação com o conflito de separação dos pais • Indefeso na hora da agressão sexual • Vontade de pedir (gritar) auxílio • Sofrimento físico pela agressão • Sentir como doente o agressor • Rejeição do prêmio dado pelo agressor (gratificação por ser abusado pelo tio) • A importância da avó • Perceber a família ora boa, ora maligna.
N: 5	N: 22

Estes elementos organizados na Tabela 1, podem ser observados em percentual na Figura 9 que se segue.

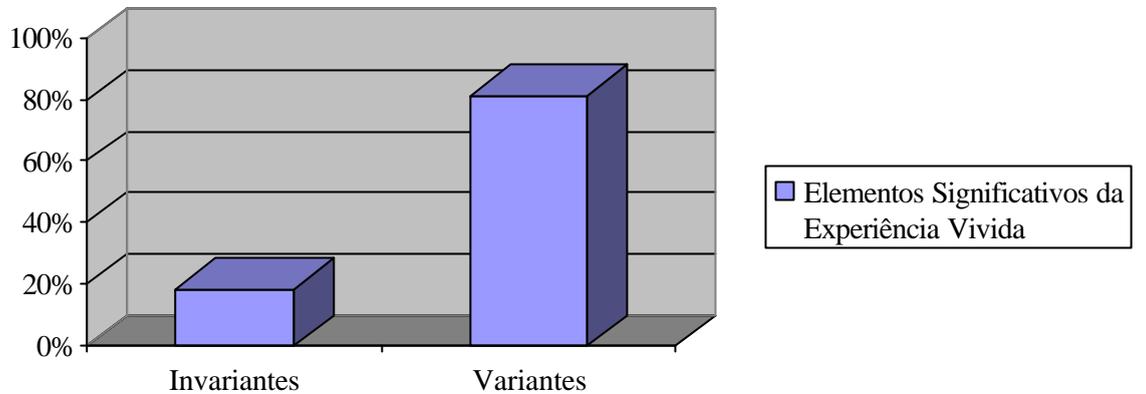


Figura 9. Percentual de elementos invariantes e variantes da experiência de vítimas de violência sexual familiar.

Nos dados apresentados observa-se que num total de 27 elementos significativos obtidos através dos desenhos e das histórias dos sujeitos estudados, 18,5%, ou seja, quase um quinto deles, são invariantes; isto significa que estes elementos foram vivenciados pelas duas crianças. Por outro lado, 81,5% dos elementos significativos foram variantes, ou seja singular a cada um deles.

A seguir, na fase conclusiva ou interpretativa, será exposta a relevância destes dados.

Discussão

A análise conclusiva ou interpretativa no presente trabalho se limitará aos elementos significativos invariantes, por serem eles mais representativos do mundo fenomênico dos implicados. Foram cinco num total de 27 significados.

Sobre o significado do sentimento de solidão ou desamparo quando foram agredidos sexualmente, manifesto nas verbalizações exploradas gráfica e verbalmente, não foi encontrada nenhuma referência em pesquisas com este enfoque temático, apenas os estudos citados de Browne e Finkelhor (1986), nos quais se faz referência ao sentimento de sentir-se isolado após a agressão. A presente pesquisa, por outro lado, indica o sentir-se desamparado ocorrendo no momento da agressão.

Em relação ao significado: dificuldade de relacionamento com a figura materna, no levantamento bibliográfico não foi encontrada nenhuma referência ao assunto.

A respeito do terceiro significado invariante: sentir-se ameaçado no próprio lar, na literatura consultada, os mesmos autores acima citados afirmam que muitas crianças passam a ter dificuldades em confiar nas pessoas, ansiedade e medo. Na presente pesquisa, percebe-se este medo dentro da própria casa e diante de outras possíveis agressões.

Quanto ao significado de sentir a ausência da figura materna (em alguns momentos), recorreremos à Cantlay (1996), que esclarece bem o fato das mudanças na situação econômica que força a mãe a se engajar numa jornada excessiva de trabalho, estando por este motivo ausente em muitos momentos do cotidiano da criança.

Esta explicação da autora também faz jus ao último elemento significativo que as duas crianças tiveram em comum e que foi o da necessidade de proteção, pois a criança sente a necessidade de ser protegida de possíveis agressões.

A desproteção das crianças pesquisadas foi vivenciada neste novo aspecto: de sentirem-se indefesos diante da força de seus agressores e vulneráveis às suas chantagens. A esse respeito relembramos o estudo de Cobo (sd, citado por Sousa 1997), onde ao falar das etapas do abuso explica que a chantagem do agressor é uma delas, que tem a finalidade de seduzir a criança e fazer silenciar o ato.

Observações Finais

A análise do valor heurístico dos dados obtidos na pesquisa salienta a importância dos mesmos para a psicologia familiar, clínica e comunitária.

A psicologia familiar pode despertar para a importância de ouvir os significados sobre a experiência sofrida. Esta participação da criança ao desvelar os significados de sua experiência pode colaborar numa política de conscientização através de uma intervenção psicoterapêutica com os familiares e/ou responsáveis.

Para a psicologia na área projetiva e psicoterápica, confirma-se a utilidade das técnicas projetivas e seu uso temático.

Para a psicologia comunitária o presente trabalho contribui para evidenciar a importância dos programas de capacitação dos profissionais da educação e saúde, no sentido de descobrirem a importância do trabalho multiprofissional e despertar para ações dirigidas especialmente às famílias dos implicados.

Por exemplo, o Programa Sentinela - Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, do Avança Brasil, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como apoio ao Estatuto da

Criança e do Adolescente, representa uma ótima iniciativa do governo; entretanto, neste processo não são sugeridas ações mais dirigidas aos responsáveis familiares no sentido de incentivá-las a desenvolver uma participação mais ativa na prevenção ao abuso sexual e uma assistência maior às suas crianças vitimadas.

Nem todos os municípios são assistidos por este programa do Governo Federal, porém novas iniciativas devem surgir com o objetivo de contemplar ações para sanar este problema da violência sexual praticada contra a criança.

Referências Bibliográficas

- Anzieu, D. (1981). *Os Métodos Projetivos*. trad. M L. do E. Silva. Rio de Janeiro: Campus.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V.N. de A. (1995). *A violência doméstica na infância e adolescência*. São Paulo: Robe.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (2003). *Research for Education- An Introduction to Theories and Methods*. N. York: Allinand Bacon, 4.a. ed.
- Browne, A. & Finkelhor, D. (1986). *Impact of child sexual abuse: A review of the research*. Psychological Bulletin. Vol 99, 66-77, retirado do website: <http://content.apa.org/journals/bul/99/1/66>
- Cantlay, L. (1996). *Detecting a child abuse – recognizing children at risk through drawings*. Santa Barbara, CA: Holly Presss
- Código Penal Brasileiro (2004). Ed. Saraiva.
- Combs, A. & Snygg, D. (1959). *Individual behavior: a perpeptual approach to behavior*. New York: Haper & Row Publishers.
- Cunha, J. A. (2000). *Psicodiagnóstico – V. J. A. Cunha (Org.)*. Porto Alegre: Artmed.
- Finkelhor, D. (1994). *The international epidemiology of child sexual abuse*. Child Abuse Neglect, May; 18, 409-17. Retirado no dia 12/02/2005, do website http://www.ncbi.nlm.nih.gov/entrez/query.fcgi?cmd=Retrieve&db=pubmed&dopt=Abstract&list_uids=7804768&itool=iconabstr&query_hl=8
- Giorgi, A. (2000). *Phenomenology and psychological research*. Pittsburg, P A, Duquesen University Press.
- Gomes, W. B. (1998). *Fenomenologia e Pesquisa em Psicologia*. Porto Alegre: Editora Universidade, RS, p.19-44.

- Gomes, W. B. (2004). A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente. USP. Retirado no dia 05/02/2005, do website http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000200015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Holanda, A. (1995). Pesquisa fenomenológica e psicologia eidética: elementos para um entendimento metodológico. Em M. A. de T. Bruns & A. Holanda (orgs.), *Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas* (pp. 41-64). Campinas, S.P. Alínea.
- Kristensen, C. H., Flores, R. Z. & Gomes, W. B. (2003). Revelar ou não revelar: uma abordagem fenomenológica do abuso sexual em meninos. Em M. A. de T. Bruns & A. Holanda (orgs.), *Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas* (pp. 121-157). Campinas, S.P. Alínea.
- Minayo, M.C. S. (1999). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Hucitec, Rio de Janeiro, Abrasco [Coleção Saúde em Debate, 46].
- Moreira, D. A. (2002). *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson.
- National Incidence and Prevalence of Child Abuse and Neglect (2001). *Implications for Prevention*. Study Number: 13. Retirado no dia 04/08/2004, do website <http://www.childabuse.com/fs13.htm>
- Pesquero, S. R. (2003). *A pesquisa qualitativa de enfoque fenomenológico na psicologia*. Curso ministrado no programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás.
- Pesquero, S. R. (2005). *A importância da Act-Psychology de F. Brentano*. Porto Alegre: Psicologia: Reflexão e Crítica, publicação agendada para 2005.

- Proshansky, H. M. (1999). Las técnicas proyectivas em la investigación operativa: diagnóstico e medición encubiertos. Em: Abt, L. E. e Bellak, L. *Psicología proyectiva*. Trad. Noemi Rosenblat. México, Paidós, 1999.
- Secretaria de Cidadania de Goiás (2004). *Número de Crianças Atendidas/Mês - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual*. Retirado no dia 20/03/2005, do website http://www.cidadania.goias.gov.br/estatisticas/combate_sentinela.htm
- Sousa, S. M. G. & Moraes Neto, O. L. de (1997). *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia*. Goiânia: Cerne.
- Trinca, W. (1987). *Investigação clínica da personalidade: o desenho livre como estímulo de apercepção temática*. São Paulo: EPU.
- Trinca, W. (1997). *Formas de investigação clínica em psicologia: procedimento desenhos-estórias: procedimento de desenhos de família com estórias*. Walter Trinca (Org.) São Paulo: Vetor.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Wertz. J. (2002). Method and findings in a phenomenological psychological study of a complex life-event: being criminally victimized. Em: A. Giorgi, *Phenomenology Phenomenology and psychological research*. Pittsburg, P A, Duquesen University Press.